

Tratamento humanitário dos animais de produção: trabalhadores e gado no frigorífico

Ana Paula Perrota⁵⁹

Resumo: A construção da condição humana na modernidade em oposição à condição animal diz respeito a distinção entre sujeito e objeto. Entretanto as oposições humano - animal e sujeito - objeto compreendem múltiplas relações, mais complexas do que tais dicotomias expressam. Atualmente existe uma série de normatividades que incidem sobre os ambientes de abate dos animais de produção que visam assegurar um “abate humanitário” e as condições de “bem-estar animal”. Esses próprios termos, que dão nome às instruções normativas, já demonstrariam essa complexidade. As preocupações com as condições de vida e morte dos animais são expressas nos termos das preocupações com as dos humanos, demonstrando um embaralhamento dos pares dicotômicos citados acima. A partir de pesquisa realizada em um frigorífico industrial, que contou com visita ao local e entrevistas com funcionários e ex-funcionários, meu objetivo é trazer luz a esse embaralhamento. A ideia é pensar em como a relação entre humanos e gado expõe as ambiguidades entre as categorias sujeito e objeto e deixam claro a fluidez dessa fronteira. Discutiremos, a partir das ações do gado no frigorífico, bem como a partir de como os trabalhadores pensam e se relacionam com os animais, que o gado destinado ao abate transita entre os polos sujeito e objeto. Como veremos, as interações entre humanos e animais conjugam essas duas realidades, e levam em conta o animal como um objeto manipulável, mas que possui também uma realidade subjetiva.

Palavras chaves: relações humano-animal; sociologia e antropologia da moral; movimentos políticos; direito dos animais.

1 - Introdução

A construção da condição humana na modernidade em oposição à condição animal diz respeito a distinção entre sujeito e objeto. Atualmente existem no Brasil e em diferentes países organizações políticas que reivindicam que animais sejam considerados sujeitos de direitos. Esses

59 Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

grupos partem da perspectiva crítica de que os animais são considerados como objetos e este status seria um grave erro epistemológico e moral. Como forma de reparar essa situação, os defensores dos animais empreendem uma reforma do status dos animais, que passaria de sua consideração de objeto (a)moral para sujeito moral.

Para justificar esse tratamento aos animais, os defensores constroem sua argumentação, afirmando que os animais assim como os humanos, possuem uma vida interior e, portanto, têm o direito de viver. Mobilizando saberes das ciências biológicas, que atestam que animais também são seres sencientes, isto é, possuem capacidade de sentir e, portanto, de sofrer, esses grupos políticos denunciam que as atividades que fazem uso de animais os tornam vítimas de dor, sofrimento, privação da liberdade e da própria morte. E como forma de garantir uma vida digna para os animais e o seu próprio direito de viver, esses grupos constroem e buscam dar sustentação a uma teoria ética e dos direitos dos animais.

Entretanto as oposições humano - animal e sujeito - objeto compreendem múltiplas relações, mais complexas do que tais dicotomias expressam. Atualmente existe uma série de normatividades que incidem sobre os ambientes de abate dos animais de produção que visam assegurar um “abate humanitário” e as condições de “bem-estar animal”. Esses próprios termos, que dão nome às instruções normativas, já demonstrariam essa complexidade. As preocupações com as condições de vida e morte dos animais são expressas nos termos das preocupações com as dos humanos, demonstrando um embaralhamento dos pares dicotômicos citados acima.

A partir de pesquisa realizada em um frigorífico industrial, que contou com visita ao local e entrevistas com funcionários e ex-funcionários, meu objetivo é trazer luz a esse embaralhamento. A ideia é pensar em como a relação entre humanos e gado expõe as ambiguidades entre as categorias sujeito e objeto e deixam claro a fluidez dessa fronteira. Discutiremos, a partir das ações do gado no frigorífico, bem como a partir de como os trabalhadores pensam e se relacionam com os animais, que o gado destinado ao abate transita entre os polos sujeito e objeto. Como veremos, as interações entre humanos e animais conjugam essas duas realidades, e levam em conta o animal como um objeto manipulável, mas que possui também uma realidade subjetiva.

2- Sobre a objetivação dos animais de produção

A produção da carne, a partir de uma perspectiva histórica, envolve modos distintos de criação dos animais e de sua transformação em alimento. As técnicas e os modelos de organização produtivos para a confecção desse bem alimentício assumem diferentes características ao longo do tempo e conforme os lugares.

A carne diz respeito a um “objeto político trabalhado conforme preocupações higiênicas, econômicas e morais (Ferrière apud Remy, 2005). Como afirma Noélie Vialles (1987), nem todo corpo de um animal se torna carne comestível, do mesmo modo que nem todo tipo de morte do animal produz a carne como um alimento. Esta mercadoria não é mero artefato, mas, como define Catherine Remy (2005), trata-se de um objeto situacional confuso e importante que envolve operações interacionais entre diversas categorias de agentes. Em conformidade com essa perspectiva, Patricia Pellegrini (1999) chama atenção para a diversidade de agentes que trabalham sobre e com os animais de produção:

Os criadores que lidam com os animais no cotidiano, os zootecnistas, que garantem o controle aos criadores das orientações dadas às raças (leite menos gordo, facilidades no parto, docilidade...) os veterinários que tratam os animais, mas também regulam os suplementos e autorizam a comercialização, engenheiros agrônomos que trabalham para o melhoramento da raça, biólogos interessados na adaptação dos animais, ecologistas, usando gado para gerir os espaços em direção à proteção ecológica. (PELLEGRINI, 1999, p. 2).

O modo de organização que aqui será discutido diz respeito à forma moderna de produção da carne. Chamo de forma moderna, pois se trata da estrutura produtiva institucionalizada e regulamentada pelo Estado, além de corresponder, nas sociedades modernas e industriais, ao modelo responsável pela maior parte da produção desse bem. Considera-se, portanto, que “as representações e as atitudes dos criadores contemporâneos, os sistemas de criação, as estruturas estatais e privadas que organizam a produção agrícola são produtos dessa história e não podem ser compreendidos sem assumir o caráter conflituoso de sua evolução” (PORCHER, 2002, p. 7). Esse modelo produtivo é recente em nossa história, e as denúncias sobre o “sofrimento animal” dialogam diretamente com sua estrutura organizacional.

Levar em conta a “interioridade” dos animais destinados à produção de alimento, tal como é atualmente reivindicado pelos defensores, não é um processo novo e faz parte desse caráter



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

conflituoso. Mas, nos dias de hoje, essa questão é recolocada num contexto de hiperobjetivação dos animais, levado à frente nos frigoríficos industriais. Este fato torna importante que tenhamos olhar mais detalhado sobre a relação humano/animal nesses locais. Portanto, trataremos inicialmente do modelo de produção industrial da carne, não só em termos de técnicas, mas também de vínculos.

De maneira simplificada, o sistema de produção da carne consiste em dar vida aos animais, criá-los e, como última etapa, promover seu abate de modo a obter a mercadoria final. Esses processos, por sua vez, podem ser conduzidos de diferentes maneiras. Não só a forma de abate se organiza a partir de diferentes critérios, mas a maneira como os animais são criados também difere segundo os modelos de organização. Pensar nessas diferentes etapas envolve mundos particulares próprios⁶⁰. Como já foi dito, no que se refere à produção da carne, tratarei das atividades dentro do frigorífico, pensando sobre como os animais são comprados, como são manejados durante a espera para o abate e durante o próprio abate, e como ocorre a produção final da carne.

O modelo de abate bovino industrial, tal como se organiza hoje nas sociedades contemporâneas, tem seu surgimento no início do século XIX, e se caracteriza como uma forma de organização inédita. Nesse contexto de mudanças, tanto os aspectos técnicos quanto o modo e a concepção acerca da relação entre humanos e animais são transformados. Essas transformações ocorrem em meio a um processo mais amplo de urbanização e industrialização, e seguem a dinâmica de reordenamento do espaço urbano das grandes cidades. A cidade de Chicago, nos Estados Unidos, é discutida por historiadores e cientistas sociais como paradigma dessa nova modalidade produtiva, devido às instalações pioneiras das empresas Swift e Armour, nas primeiras décadas do século XIX. Nesse mesmo período, os chamados frigoríficos industriais foram igualmente implantados em cidades europeias como Paris e Londres. A partir de então, esse modelo se expandiu entre os países capitalistas. Desde o final do século XIX, a transformação da estrutura de abate no Brasil seguiu essa mesma dinâmica:

A construção do matadouro no Campo de São José, em Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, distante do centro da cidade cinquenta e cinco quilômetros

60 Na ocasião do trabalho de campo em Açailândia (MA), tive a oportunidade de visitar uma feira agropecuária e participar de um leilão de gado de elite. Foi possível perceber, então, que aquele universo deveria ser tratado como uma pesquisa à parte, dada a particularidade e a complexidade de relações que o envolvem.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

e oficialmente inaugurado no dia 30 de dezembro de 1881, prometia uma solução modernizadora para a capital do Império. (...) Para o novo estabelecimento, encomendaram-se todos os acessórios, maquinário, e mesmo os portões, “dos países civilizados da Europa”, no intuito de erguer, na cidade do Rio de Janeiro, um matadouro modelo. (DIAS, 2009, p 5)

A industrialização do abate diz respeito a uma série de reordenamentos acerca do modo como os animais são manipulados. O primeiro desses reordenamentos consiste na construção de um espaço centralizador das atividades para a produção da carne. Os animais, antes abatidos nas ruas, em meio às casas e pessoas, passaram a ser abatidos em um espaço delimitado e destinado para esse fim. Como afirma Catherine Remy (2005), no começo do século XIX foram criados os frigoríficos como espaços fechados e sob vigilância. A partir de então, tornou-se obrigatório que os animais fossem abatidos nesses estabelecimentos municipais, construídos longe dos centros urbanos (GASCAR, 1973). Nesse sentido, o frigorífico surge a partir de uma dupla definição: diz respeito tanto a um lugar, quanto a uma prática (VIALLES, 1987).

A construção desses espaços especializados promoveu uma ruptura dos diferentes ofícios realizados. Anteriormente, os chamados açougueiros se ocupavam da produção da carne em sua totalidade: eles matavam, desmembravam o corpo, separavam a carne e a vendiam. Mas, com o processo de industrialização, houve “a cisão entre o matador e o açougueiro, e a aparição de um corpo de profissionais, os trabalhadores do frigorífico ou ainda os matadores do frigorífico” (REMY, 2005, p. 193). Essa ruptura também ocorreu com relação aos criadores de gado destinado para corte⁶¹. Estes não podem mais abater os animais, mas devem vendê-los obrigatoriamente aos frigoríficos, que se encarregarão do restante da produção. A industrialização dessa atividade correspondeu então a uma transformação do vínculo entre os criadores e seus animais, uma vez que os donos dos animais foram impedidos de realizar todas as etapas necessárias para a produção da carne.

A reestruturação produtiva da carne é orientada por um modelo cientificista e um ideal de modernização e primor técnico, que buscam atender tanto à expectativa de aumento da rentabilidade,

61 O termo carne clandestina é utilizado para se referir aos produtos oriundos do abate doméstico e não inspecionado, realizado fora dos frigoríficos. Essa carne não é considerada apropriada para o consumo e, portanto, sua venda é ilegal.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

como às novas pressões existentes para o controle sanitário dos animais e da carne. A criação de um local específico para o abate e a divisão de etapas distintas e separadas produziram, em primeiro lugar, uma extensa divisão do trabalho dentro do próprio frigorífico. O método de abate deixa de ser artesanal e se torna um processo mecanizado e massivo, orientado predominantemente pela razão econômica, assumindo as características e condições gerais de toda indústria (PORCHER, 2002). Os frigoríficos são organizados a partir de normas estritas de produção, que garantem uma estrutura técnica capaz de atingir maior produtividade. O trabalho se torna, portanto, racionalizado em sua busca por aperfeiçoar as relações artesanais, baseadas no vínculo afetivo entre as pessoas e os animais (PORCHER, 2011).

O controle sanitário corresponde ao segundo critério levado em consideração para a criação dessa nova estrutura organizacional. A centralização e o distanciamento das atividades do abate fazem parte de uma política de urbanização e de higiene pública, responsável por garantir a vigilância da produção, visando a qualidade da carne e evitando a existência de fraudes. A carne passa a ser tratada como um vetor de riscos, e novas formas de controle e técnicas de assepsia são engendradas para o cumprimento de diferentes funções: a vigilância das práticas, a ocultação dos “restos” desse processo produtivo e de seus efeitos, como o mau odor, o afastamento de animais que se alimentam desses “restos”, o fim das contaminações etc. Ao inviabilizar que o abate fosse realizado fora dos frigoríficos, “fazia-se desaparecer da rua o “espetáculo nojento” de sangue derramando pela degola dos animais”. Esse trecho, citado por Catherine Remy (2003), é parte do documento emitido pelo conselho municipal de Paris, redigido em 1937, quando foi consagrada a criação desses estabelecimentos.

Em meio ao processo de criação dos frigoríficos industriais, o Estado se tornou responsável pela inspeção desses estabelecimentos através de um corpo de inspetores que fiscalizam a higiene e as instalações do ambiente. Esse processo foi acompanhado da entrada e legitimação da medicina veterinária e de suas práticas, que fizeram do frigorífico um lugar considerado decisivo para a segurança sanitária dos alimentos (BONNAUD e COPPALE, 2011). Compondo o quadro técnico dos frigoríficos, os inspetores são responsáveis por examinar os animais quando chegam, o abate e a sua carcaça, em busca de alguma doença ou lesão (BONNAUD e COPPALE, 2011). São esses profissionais que atestam a qualidade do produto, ou seja, se o alimento está apropriado ou não para o consumo humano. Nesses termos, a produção da carne se torna fonte de preocupações para a saúde



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

pública e, conforme Vialles (1987) ressalta, adquire características de um ambiente laboratorial, em razão da brancura e assepsia.

Além dos aspectos econômicos e sanitários, outro aspecto discutido como motivação para a centralização e o distanciamento dos frigoríficos diz respeito à preocupação moral em impedir a visibilidade pública da morte que acompanha o abate. A construção dos frigoríficos de acordo com essas características tinha como objetivo responder aos anseios contra a violência entre os próprios humanos. Como esclarece Remy, os frigoríficos deveriam “esconder a morte para não dar às crianças essa ideia” (2009, p. 28). Nesse caso, o afastamento do abate segue um movimento conjunto de tornar oculta a morte de humanos e animais. Pois se a morte era considerada um espetáculo público, a partir do século XX se torna um tabu (Esquerre e Truc, 2011). Desde então, o trânsito e as mortes dos animais nas cidades se tornaram inaceitáveis.

A preocupação em ocultar as atividades presente no abate é satisfeita também através da divisão do trabalho existente nos frigoríficos. A identificação do responsável pela morte do animal é escondida, pois os animais são manipulados por diferentes pessoas. De acordo com Remy (2009), a industrialização parcializa a atividade e destrói assim a unidade do vivante, que se torna uma matéria a ser “desmontada” em uma cadeia de produção (2009, p. 24). A figura do “matador” desaparece na medida em que o animal é abatido por todos e, ao mesmo tempo, por ninguém (REMY, 2009). O momento propriamente da morte do animal se torna invisível, uma vez que o emprego de diferentes técnicas “permite esconder os signos seculares da morte dos animais” (VIALLES, 1987, p. 20). O abate deixa de ser um gesto violento ou uma ação de morte, e passa a ser uma sucessão de atividades produtivas.

O afastamento e a centralidade do abate cumprem, portanto, o papel de tornar invisível o que antes era tratado como um espetáculo público e, ao mesmo tempo, esconder o vermelho do sangue que é trocado pelo branco, seja dos revestimentos das paredes, dos acessórios ou das roupas dos funcionários. Expulsos dos centros urbanos, esses estabelecimentos passaram a ser construídos em periferias, adquirindo o status de lugares “incômodos, insalubres e perigosos” (VIALLES, 1987, p. 27).

Observamos então as características mais gerais acerca da construção dos frigoríficos, que dizem respeito a um esforço de modernização, pautado pela industrialização, racionalização, concentração e distanciamento das atividades. Essas mudanças visam o aumento da lucratividade, a



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

segurança sanitária e a invisibilidade do abate. Em torno dessas características, Noélie Vialles descreve a nova configuração do frigorífico, dizendo que este “deve ser industrial, isto é, massivo e anônimo, deve ser não violento, idealmente: indolor, deve ser invisível, idealmente: inexistente. Ele deve ser como se não fosse” (1987, p. 21). Para atender a todas essas características, nenhuma atividade do frigorífico permanece livre ou contingencial. Ao contrário, todos os procedimentos, desde a chegada do animal, até o transporte da carne, são realizados através de inúmeras regulamentações.

A discussão sobre as transformações técnicas dos frigoríficos por parte de cientistas sociais é acompanhada também da problematização sobre a mudança de vínculo com os animais. A compreensão feita segue a perspectiva crítica dos defensores dos animais, de que tais relações passaram a ocorrer a partir de uma consideração dos animais como mero objetos. Alguns autores como Noélie Vialles (1987); Catherien Remy (2003); Jocelyne Porcher (2002); e Ghilhem Anzalone (2005) falam de um processo de “objetivação”, “dessingularização” e “desanimalização” para se referirem ao que acontece com os animais nesses ambientes. Esses autores ressaltam o enfraquecimento do vínculo com os animais e tratam do que seria a redução do animal a uma matéria insensível. Desse modo, a relação interespecies nos frigoríficos seria orientada em torno de uma lógica técnico-econômica, que se satisfaz em termos de uma política de produtividade e assepsia.

Nesses termos, por “objetivação do sensível” e “desanimalização”, os autores se referem à reificação do animal de produção e à banalização do abate na medida em que transformam “os ‘matadores’ em ‘operadores’, e o animal carne em artefato” (REMY, 2003). Nessa mesma perspectiva Porcher (2002) diz que há uma reificação do status dos animais de produção e, ao mesmo tempo, a negação do vínculo entre criadores e animais. Os animais, de acordo com a autora, são considerados de forma unilateral, uma vez que o único objetivo de sua existência se torna o lucro. Haveria, portanto, um esquecimento do sentido de sua vida. Em complemento a essa discussão, Blondeau (2002) afirma que os animais de produção perdem sua personalidade, sua natureza animal e sua visibilidade. Em decorrência dessa perspectiva, o animal deve responder unicamente aos critérios e performances definidos pelos técnicos, e aos conteúdos econômicos da produção. Os animais de produção são, portanto, considerados ferramentas de produção ou produtos. A perda do vínculo ou da dimensão afetiva dos e para com os animais permite a construção do seu corpo como objeto (Remy, 2003), e os



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

animais são definidos por consideração ao que eles se tornarão e não por consideração ao que eles ainda são (ANZALONE, 2005).

Na consideração desses autores, anteriormente à industrialização da produção da carne, existiria uma dimensão afetiva entre humanos e animais que foi perdida, permanecendo apenas as relações econômicas e utilitárias. A exclusão dessa dimensão teria contribuído para a existência de um tratamento cruel dos animais, pois, desumanizados, não haveria sentido em destinar a eles um tratamento humanitário. Nesse contexto, os animais se tornaram apenas “coisas a serem manipuladas tecnicamente e concretamente para otimizar sua produção” (PORCHER, 2011, p. 24).

Conforme o trabalho desses autores, observamos então um ponto de ruptura entre o que seria a criação de animais e a produção industrial, que marca um passado e um presente. No passado, haveria um sistema de criação em que os animais eram tratados de forma individualizada e como agentes do trabalho. Devido a essa forma de tratamento, era possível a existência de uma vida econômica em comum com os animais. De acordo com Jocelyne Porcher (2011), as mudanças ocorridas não permitem mais que tratemos da relação entre humanos e animais de produção nesses termos. Agora devemos falar de sistemas industriais. Nesses sistemas, os animais são conduzidos por assalariados e não por criadores, de modo que, a racionalidade técnico-econômica do trabalho se opõe à existência de quaisquer sentimentos. Na produção industrial, há a perda da identidade e da singularidade dos animais, que são tratados em massa.

A crítica acadêmica sobre a “desanimalização dos animais” é acompanhada pela crítica dos defensores dos animais contra a “crueldade” que seria cometida nesses ambientes, em termos físicos e emocionais. Da perspectiva de acadêmicos e defensores, a reificação dos animais de produção, bem como o isolamento físico e moral do processo de abate, produz uma “insensibilidade” e “invisibilidade” que fazem com que os animais sejam tratados de forma “cruel” e “violenta”.

Ainda no século XIX foram fundadas as primeiras associações protetoras dos animais, em países como Inglaterra e França. E, no começo do século XX, veterinários passaram a considerar os métodos de abate industrial como “bárbaro e cruel”. Nesse contexto, surgiram estudos sobre a dimensão emotiva dos animais e uma regulamentação humanitária que versa sobre os animais de produção. Como nos explica Remy (2003), nas primeiras décadas do século XX, começou na França uma discussão sobre técnicas de abate que questionava se os animais deveriam estar conscientes ou

insensibilizados durante a sangria. E em 1930, na cidade de Lyon, foi introduzida a pistola de ar pneumático, que garantia um atordoamento instantâneo e indolor.

3 – Tratamento humanitário destinado aos animais de produção

Durante a jornada de trabalho para o cumprimento das etapas produtivas realizadas para o abate dos animais, os operadores devem seguir o ritmo da nora e realizar suas atividades num tempo contado em segundos, para a otimização da fabricação da carne. Preocupações com a maior rentabilidade da produção, com a segurança sanitária da carne, minimização de danos ambientais e com a qualidade do trabalho dos operadores soma-se às preocupações com o bem-estar dos animais.

Esse modelo de organização industrial que segundo a consideração de cientistas sociais e defensores dos animais reifica os bovinos destinados ao abate precisa levar em conta a realidade viva dos animais. As instruções normativas que versam sobre abate humanitário e bem estar dos animais de produção trazem para o escopo técnico que é preciso encarar os animais como agentes capazes de se tornar conscientes ao que acontece ao seu redor. As questões técnicas no frigorífico envolvem, portanto, o fato de que a matéria-prima manipulada é um material vivo, orgânico. Há, nesse sentido, uma realidade orgânica do animal que pode ser impoderável a toda organização técnica devido a suas características particulares, e que fazem dessa linha produtiva um universo diferente de uma montadora de carros, por exemplo.

As atividades de produção da carne apresentam a dualidade sujeito-objeto e todas as implicações resultantes dessa realidade. E o tratamento humanitário que se reivindica aos animais, que poderia ser tratado como um paradoxo desse sistema produtivo, precisa ser incorporado e adquirir sentido como mais uma dimensão técnica do frigorífico. Mais uma vez considero necessário enfatizar que essa questão não é nova. Podemos dizer que a dualidade sujeito-objeto sempre esteve presente, afinal o boi destinado ao abate sempre foi um vivante, ou seja, antes da morte, nunca foi carne/mercadoria. Esses dois polos sempre existiram e foram fontes de tensão e negociação, que implicam em definições contraditórias dos animais de produção (REMY, 2003).

Essa injunção do animal ao mesmo tempo como sujeito e objeto é vivenciada pelos trabalhadores do frigorífico a medida em que estes avaliam tanto o comportamento dos animais, quanto o desenvolvimento das técnicas produtivas a partir da subjetividade dos animais ou seja,



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

avaliam sua capacidade de agência quando resistem a andar pelo corredor ou quando precisam manter o rebanho de donos diferentes separados para que os animais não se estressam com a presença de outros desconhecidos.

Os autores anteriormente citados falam sobre a “perda de sentimentos”, “perda da identidade” e “perda da singularidade” dos animais de produção nos frigoríficos industriais. Sobre a crítica de que esses estabelecimentos “desanimalizaram” os animais, devemos entender, no entanto, que o termo se refere mais a um conceito. O animal, de fato, não é desanimalizado durante as interações no dia a dia do frigorífico e nem os trabalhadores assim os percebem inteiramente. É indiscutível que essa percepção conceitual do animal como objeto reflete no tratamento que recebe e na estrutura produtiva montada. Ao serem contados às centenas e manipulados irrestritamente para aumentar a eficiência produtiva da rede, não é possível prestar atenção na singularidade de cada um. O gado que chega ao frigorífico é homogêneo: raça, tamanho, peso. A socióloga Rhoda Wilkie (2005) aborda essa discussão em um artigo que problematiza o que chama de commodities sencientes. A autora afirma que qualquer animal que desvia da rotina do processo de produção pode se distanciar do rebanho e se tornar reconhecido individualmente. Esse animal teria mais significado para o trabalhador e se tornaria mais que um animal.

Considerando a escala comercial desse processo produtivo, não sobra espaço e tempo para que de maneira recorrente os animais se distanciem do rebanho. Mas não significa que em determinados momentos alguns animais adquiram essa singularidade em razão do seu comportamento. Em poucos minutos de conversas com os trabalhadores dos frigoríficos surgem exemplos de animais que pularam o muro do corredor de quase dois metros de altura que os leva para o abate, animais que se recusam a sair do caminhão, animais que balançam a cabeça para fugir da pistolagem de insensibilização, animais que pulam da baía que deveria imobilizá-lo para receber a pistolagem, e etc.

Ao realizarem essas considerações, identificamos que os funcionários os percebem como seres dotados de personalidade, que se impõem e resistem de algum modo ao processo que culminará na sua morte. Concretamente, portanto, a personalidade do animal não desaparece, embora a “desumanização” contribua de fato para que haja um tratamento que pode ser considerado violento ou cruel.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

E essa consideração sobre a capacidade de agência do animal se traduz na própria organização técnica do frigorífico. Observamos por exemplo que os animais precisam se deslocar dos currais para o galpão em que ocorre o abate. Esse caminho é realizado por um corredor. Para a realização desse deslocamento, os animais são conduzidos a partir de pequenos choques que recebem dos funcionários por meio de cumpridas barras. De acordo com o gerente de produção, os animais não sairiam do lugar se não houvesse esse choque. Há então um dispositivo técnico utilizado para a vencer a resistência empregada pelo animal em não seguir adiante ou mesmo em fazer o caminho de volta.

Outro modo de organização relevante sobre o que estamos discutindo diz respeito ao modo como os animais são dispostos nos currais. Os bovinos que chegam ao frigorífico são dispostos entre os oito currais que existem no local que visitei. A separação dos bovinos entre os currais tem como objetivo a identificação do rebanho de cada criador. A separação por criadores é utilizada para garantir o controle sobre a pesagem futura da carcaça e o somatório do valor a ser pago aos criadores. Os animais são abatidos conforme a divisão de lotes dos diferentes fazendeiros e ainda são registrados pela identificação das fazendas, para efeito de fiscalização das agências governamentais. No entanto, a preocupação com a divisão e o espaço ocupado pelos bovinos é justificada também como uma estratégia ligada ao bem estar do animal. A alocação do gado nos currais leva em conta a existência de um espaço que deve ser considerado adequado para se locomoverem. Conforme as explicações do gerente, os animais não podem ficar muito apertados, pois isso aumenta o risco de estresse e brigas. E não se deve juntar animais de produtores diferentes porque esse compartilhamento do espaço ocasiona "brigas" entre eles. O convívio do gado entre rebanhos diferentes geraria conflitos, pois os animais não reconheceriam seus líderes, e a situação já "estressante" seria acirrada.

Como pude observar durante a visita técnica que realizei no frigorífico, o comportamento dos animais pelo corredor, até a entrada no box, é o que tornaria mais clara a sua capacidade de agência. O corredor estava molhado e, portanto, escorregadio então os animais patinavam e caíam devido aos seus gestos bruscos ao tentar voltar, fazer o caminho inverso. De fato, é difícil não projetar a ideia de que os animais, conscientemente, lutam para sobreviver. Quando vi os animais agitados no corredor, querendo fazer o retorno e não seguir o caminho à frente, num gesto de desespero e violência, a ideia imediata foi a de que estavam vivendo a angústia de saber que a morte era uma situação iminente e seus gestos significavam uma tentativa de evita-la.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Além desses aspectos, outra questão a respeito dessa condição subjetiva dos animais de produção e que pode ser discutida faz referência ao mal-estar dos próprios operadores em terem que lidar com uma atividade produtiva que tira a vida dos animais. Embora seja gerida como uma etapa produtiva, o abate não significa um simples processo mecânico. Ao contrário, diz respeito a questões morais que envolvem a vida e a morte dos animais. Sobre essa discussão, Catherine Rémy (2009) afirma que a observação *in situ* confirma que os matadores efetuam uma atividade problemática, mesmo se tentam banaliza-la. Em conformidade com esse caráter problemático, o encarregado do setor do abate, em entrevista, relatou que essa etapa da produção seria o pior momento do processo, pois o animal estaria “vivilho” (Entrevista concedida em Açailândia, MA, em Julho de 2012).

Durante sua entrevista, o encarregado me relatou que prefere não ocupar o posto de pistolagem. Embora tenha dito que saiba cumprir a função, a única coisa que não faz “é matar boi”. Questionado por mim se já havia trabalhado com essa função, a resposta que tive foi a de que nunca trabalhou. Só matou uma vez e ficou “foi assustado”. O encarregado considera que todo o processo do abate é incômodo, mas ter que tirar a vida do animal “vivilho” seria a pior tarefa. Em razão disso, falou-me do que compreendi como sua solidariedade com o pistoleiro:

A pistola está ruim, está vazando a pistola, eu casco logo um mecânico, casco logo um jeito de arrumar porque eu sei que é ruim. Na faca é ruim. Sangrar o boi é ruim, atordoado, ainda mais matar ele, ele vivilho, para acertar aquela pistola de pressão nele. Quando ele sai ali eu sei que é ruim, já que é ruim para ele que o boi já está quase morto, ainda matar o boi, insensibilizar ele, sei lá se é ruim. Eu até botei uma escada para o pistoleiro, porque o espaço é pequeno, às vezes o boi vira e fica quase imprensando ele na parede, aí fui e dei um jeito de colocar uma escada, quando o boi levanta, ele sobe na escada, aí não se preocupa mais. (Entrevista concedida em Açailândia, MA, em Julho de 2012).

Essas situações explicitam a realidade do animal como uma matéria a ser trabalhada e ao mesmo tempo como uma criatura inocente que “sacrificamos” (Remy, 2009). A conjugação dessas duas perspectivas nos permite observar, então, a condição dos bovinos de “animal-máquina” (REMY, 2003) ou “zoomáquina” (SORDI e LEWGOY, 2012). E como forma de lidar com o que Catherine Remy (2009) chamou de “injunção paradoxal”, os trabalhadores refutam a subjetivação positiva e



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

introduz a subjetivação negativa do animal. Nesse caso, o animal que resiste a morte se torna um inimigo desafiador, suscitando comportamento violento. Em consideração a essa perspectiva, Remy afirma que o animal, enquanto ser sensível e ativo, em razão de suas singularidades e de sua capacidade de se surpreender, não pode ser dissolvido em uma cadeia de produção automatizada.

Nas últimas décadas, a ética e o direito animalista, fazendo uso e em conjunto com estudos científicos das áreas biológicas, acentuam essa realidade viva ou subjetiva dos bovinos nos ambientes de produção. A discussão sobre os estados emocionais dos animais gera um movimento que se coloca na contracorrente do conceito do animal como objeto e da realidade que se busca vivenciar nesses ambientes, em direção ao maior controle técnico. Desse modo, o sistema industrial de produção da carne reifica os animais, mas agora precisa conjugar essa objetivação com uma subjetivação, que traz o imperativo de dispensar a eles um “tratamento ético”. As emoções são trazidas institucionalmente para o frigorífico, deixando de fazer parte apenas do senso comum e das interações cotidianas com os agentes que trabalham com a produção da carne.

A dimensão subjetiva do animal, como ficou explícito nas entrevistas, já compõe o imaginário dos funcionários. Em diferentes situações, tornou-se claro em suas falas um posicionamento ou opinião que levava em conta a intencionalidade dos bovinos. A partir do discurso do abate humanitário, observamos de forma mais recorrente por parte dos funcionários uma série de observações comportamentais dos animais relacionada às emoções. Os funcionários se referem aos animais enfocando condições como estresse, incômodo por estar em um lugar apertado ou desconhecido, calma ou nervosismo, dor e sofrimento, relaxamento, cansaço e ferimentos, se estão bem ou doentes etc. Diversas considerações são feitas a respeito das sensações de bem-estar e mal-estar dos animais. Essa nova realidade, se assim podemos dizer, é incorporada em diferentes vias: moral, técnica e institucional.

O sofrimento animal se torna um fator socialmente relevante e parte integrante dos cálculos do valor econômico para a produção dos bens de origem animal. Os saberes em torno do abate humanitário engendram novas técnicas que promovem impactos sobre a rede de produção da carne. Os animais abatidos são agora animais que “sentem”, que têm “inteligência”, em suma, que são “como os humanos”. Nesse sentido, são introduzidas técnicas, ferramentas e instalações que visam evitar “estresse”, “agitação”, “sofrimento”, além de lesões físicas. Desde os anos 1960, são estabelecidas novas formas de manejo para a criação, o transporte e o abate dos animais. Tais

mudanças se constituem numa nova tensão e fonte de medidas disciplinatórias: tratar bem animais que irão morrer.

4 - Tecnologias da morte: a conciliação da subjetivação e objetivação dos animais

Ao considerarmos, primeiro, que animais sofrem e, segundo, as denúncias contra o “sofrimento animal”, observamos que o ato de matar animais para comer passa por uma situação de crise que promove mudanças no campo econômico. A legislação existente sobre bem-estar, no âmbito nacional e internacional, demonstra que de fato está em curso uma perspectiva que aceita de forma legítima a capacidade dos animais de sentir e que, por conseguinte, pressiona o mercado da carne a levar em consideração essa nova realidade. Os agentes desse mercado são obrigados, portanto, a adotar novas estratégias com o intuito de reordenar em termos morais e práticos sua forma de atuação. A respeito dessa tensão que permeia o estatuto do animal como sujeito e objeto, simultaneamente, observamos que a incorporação da perspectiva de que os animais são seres que sentem não promoveu a reversão da condição desses animais, considerados a partir de sua condição como matéria-prima para a produção de um bem alimentício.

No âmbito das normas de bem-estar não se fala em garantir o direito à vida dos animais, mas em otimizar os rendimentos econômicos dessa indústria. Haveria, podemos dizer então, uma aparente contradição, se considerarmos a lógica acerca do valor da vida expressa pelos defensores dos direitos dos animais. Pois não sofrer consistiria também em não ser morto, já que a perda da vida seria considerada fonte de sofrimento. Nesse caso, é preciso lidar então com o fato de que os animais continuarão a ser abatidos para a produção de carne. Para lidar com essa aparente contradição, o gerente de produção do frigorífico explora o que entende como uma existência diferente entre as espécies animais que, como consequência, traz a cada delas uma forma de tratamento particular:

Eu, quando comecei aqui há nove anos atrás (sic), o dono era um português e aí ele conversando comigo no dia da minha entrevista para começar a trabalhar aqui, você é veterinário, tem que cuidar dos animais, você quer matar os animais, como é isso, me explica isso, eu falei não, isso daí não é animal de estimação, vivemos em um país capitalista, a gente mata os animais



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

para alimento (Visita técnica no frigorífico JBS em Açailândia, MA, em Julho de 2012).

Os bovinos estão inseridos na rede de produção da carne como matéria-prima, logo privá-los da morte é que seria contraditório dentro desse sistema econômico. Incorporar a subjetividade atribuída aos animais na perspectiva mais radical, que justifica a igual consideração moral entre humanos e não humanos, pode ser entendida como uma ação disparatada por parte desse mercado, uma vez que não faria sentido à sua lógica de funcionamento. Podemos pensar que esse cenário dificulta a elaboração de um discurso para o animal em si. Mas como então o princípio do bem-estar adquire razoabilidade? Haveria espaço para a preocupação ética com o bem-estar dos animais na cadeia produtiva da carne? Observamos que de fato esse princípio é reconhecido e levado a frente, contudo, seu fundamento adquire outros contornos. A preocupação com o “sofrimento animal” não adquire sentido a partir da sacralidade da vida, mas se torna pertinente com relação à eficiência produtiva. Temos, então, uma argumentação plural, que oscila entre a subjetivação e objetivação do animal.

A partir da discussão realizada até aqui, observamos que a disposição moral a respeito do cuidado com a vida dos animais de produção no frigorífico raramente é refletida como um componente importante. A regulamentação humanitária, como afirma Remy (2003), necessita de um recurso a um discurso específico sobre o animal. E como vimos, ainda que a subjetividade seja incorporada e, portanto, considerada uma dimensão válida, os agentes econômicos elaboram um discurso relacionado à qualidade da carne. Evitar o “sofrimento”, a “dor”, o “desconforto” aparece como uma exigência que atende aos bons padrões de produção da indústria. Desse modo, se, por um lado, os defensores acionam as evidências científicas sobre a consciência dos animais para fundamentar denúncias contra as situações de violência e morte a eles infligidas, por outro lado, a maneira como o sofrimento é incorporado no âmbito das relações mercantis se dá por meio de um deslocamento desse sentido.

O bem-estar animal surge como uma forma normativa que visa refundar o vínculo entre humanos e animais para além da lógica industrial e do mercado e da relação entre operadores e matéria-prima. Mas observamos que as questões afetivas e éticas têm menor centralidade do que a preocupação econômica. Ou importam como critério que assegure a boa gestão do animal/máquina. Aceitar os aspectos que garantam a boa vida dos animais significa garantir a qualidade de sua



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

transformação em mercadoria. Realizar o manejo de uma maneira que leve em conta as sensações dos animais e estabelecer um ambiente “calmo”, “confortável” e “livre de estresse” é importante para a eficácia do gerenciamento técnico.

As emoções, que são tratadas no campo do imponderável, do que seria o contrário da razão, e o que não se pode controlar, são cientificamente definidas, tecnicamente controladas e geridas em um sistema econômico de produção em massa. A comprovação científica sobre a capacidade de ter emoções faz dessa realidade um imperativo técnico e não um imperativo moral. Portanto, através de uma pressão externa e ética, a perspectiva do bem-estar é apropriada e ressignificada, tornando-se uma diretriz gerencial interna, implicada com a lógica produtiva. Nesses termos, abate humanitário significa cuidar bem do produto, ou seja, tratar os animais adequadamente é importante, pois se trata de uma mercadoria valiosa.

Os animais de produção são sujeitos, mas também são objetos porque são matáveis (Agamben, 2007). O que significa dizer que possuem uma subjetividade, mas não são dotados integralmente da condição moral de pessoa. Pois se fala de um tratamento humanitário, e os animais são merecedores deles, mas, no final do processo, perderão a vida, o que seria uma violação do que compreendemos como os direitos humanitários básicos e invioláveis.

Entendemos ainda que embora as relações entre humanos e animais no frigorífico são vivenciadas também como uma relação entre sujeitos dotados de intenção e consciência reflexiva, a produção da carne escapa do assassinato e o seu consumo, do canibalismo. Os animais são sujeitos de um tipo inferior. Sofrem como os humanos, mas não são humanos. Humanos e bovinos são semelhantes, mas também são diferentes. A preocupação moral com a vida dos animais é limitada, pois são compreendidos como seres predestinados para se tornarem alimento. Essa perspectiva pode ser observada na fala do gerente de produção, descrita acima, quando justifica porque, mesmo sendo médico veterinário, trabalhava produzindo a morte de animais.

Observamos então que o discurso do abate humanitário se constitui como um mecanismo que incorpora a crítica e faz dela o próprio meio para se livrar do mal moral em torno da crescente sensibilização com os animais, imputado também sobre essa estrutura produtiva. Atribuir humanidade aos animais poderia ser compreendido como uma ação que tornaria ainda mais inconcebível o que se tenta autorizar. Mas é justamente pela radicalização da sensibilidade que esse mercado colocará fim ao problema moral de matar animais: pois o abate humanitário garante uma



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

morte digna. A morte e o tratamento que a antecede seguem as orientações em torno dos cuidados paliativos que conduzem à “boa morte”. Portanto, a discussão sobre abate humanitário torna conciliável o que poderia parecer-nos inconciliável, ao fazer uso de práticas que tornariam ético o processo de morrer nos frigoríficos.

A antropóloga Rachel Aisengart Menezes (2003) discute a morte na contemporaneidade que, em contraste a uma situação em que moribundos eram abandonados para morrer, passa a ser conduzida por profissionais de saúde em direção à “boa morte”. Esse processo de morrer consiste em assistir o paciente terminal “até os seus últimos momentos, buscando minimizar tanto quanto possível sua dor e desconforto” (2003, p. 132). Esse modelo, ainda segundo a antropóloga, compreende a categoria “dignidade no morrer”. Os animais de produção não são moribundos e nem pacientes terminais, mas sua morte é igualmente irreversível. E, levando em conta sua subjetividade, torna-se ético conferir-lhes o direito de morrer dignamente. Assim, seria colocado fim, ou ao menos diminuiria o problema de ter que matar o animal para a produção de alimento. Portanto, ainda que o abate humanitário se justifique em termos técnicos, é possível comparar seus procedimentos com a lógica que a morte adquire na contemporaneidade, a fim de compreendermos de que modo a indústria da carne busca legitimidade. As técnicas de abate humanitário e bem estar animal nos permitem observar uma ética cuidadosa no tratamento dos animais que serão transformados em comida.

Essa preocupação ética é um tema discutido pelos antropólogos que estudam as relações entre humanos e não humanos no pensamento e prática indígenas. Para discutir sobre o problema moral e ontológico da caça, Carlos Fausto (2002) trata dos caçadores da floresta boreal americana. De acordo com Carlos Fausto, para essas sociedades, “animais, vegetais, deuses e monstros podem também ser “pessoas” e ocupar a posição de sujeito na relação com os seres humanos” (2002, p. 9) . Desse modo, os caçadores apresentam uma “uma etiqueta rigorosa que determina os modos de matar, consumir e falar sobre os animais” (p. 9). De acordo com o antropólogo, essa ética responde ao problema moral da predação e possui uma ênfase ideológica na regeneração da caça. Portanto, o abate dos animais é feito mediante:

Uma ética cuidadosa no tratamento das presas: morte rápida e limpa, corte e preparação apropriados, oferendas, deposição adequada dos ossos, consumo completo da carne. É preciso respeitar os animais sob pena de dificultar o processo de sua regeneração, de perder



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

a comunicação onírica com eles, levando-os assim a desaparecer do território de caça.
(FAUSTO, 2002, p. 10)

Comparativamente às técnicas de abate entre sociedades ameríndias, observamos, a partir da regulamentação humanitária, que os animais, igualmente, não são considerados meros artefatos. Na medida em que sua subjetividade é aceita e respeitada, os frigoríficos deixam de ser lugares de pessoas cruéis e a morte dos animais não é mais tratada de forma banal. Na medida em que as condições físicas e emocionais dos animais são levadas a sério, considera-se que, mesmo diante da morte inevitável, eles são tratados dignamente, sem sofrimento desnecessário.

Considerações finais

O abate humanitário propõe, então, uma conciliação entre o animal-objeto dos modernos, e o animal-sujeito dos defensores, mas produzindo uma nova tensão: sujeitos matáveis. Os homens devem ser radicalmente opostos ao animal, pois reside aí a justificativa sobre sua distinção moral. Essa oposição é constituída por ausências, o animal se caracteriza por aquilo que não tem, em comparação com os humanos. Entretanto, se tomarmos a normatização humanitária como uma estratégia para lidar com o mal-estar de comer carne, que pode ser assim pensado tanto do ponto de vista de antropólogos, como Claude Lévi-Strauss (2009) e Stephen Hugh-Jones (1996) ou da crítica dos próprios defensores, observamos que o controle sobre os animais de produção se justifica através da confirmação de uma semelhança ou presença.

O discurso do bem-estar reconhece a subjetividade dos animais e enfatiza a necessidade de garantirmos a eles boas condições de vida e de morte, mas autoriza a matá-los legitimamente. O que seria uma contradição da modernidade, misturar esses dois domínios ontológicos, os frigoríficos o fazem por excelência e como condição para a sua existência. Embaralhando sujeito e objeto, simetria e assimetria, o sistema industrial de produção da carne acentua a fluidez da linha demarcatória entre humano e animal, mas faz dessa fluidez um atenuador de sua prática.

Humanos e não humanos podem partilhar uma condição comum de pessoa. A determinação ontológica dos seres e as consequências políticas que dela se originam extrapolam a abstração conceitual em torno de uma organização do mundo que opera a partir de categorias binárias. Os defensores confrontam essa dualidade ao afirmar que animais também têm direito à vida, mas, de



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

outra perspectiva, reafirmam essa mesma dualidade, pois transportam os animais para o lado da fronteira do humano, pessoa e sujeito de direito para reivindicar seu pertencimento a comunidade moral.

Dessa distorção, discutida pela antropologia e que não teria sido provocada primeiramente ou exclusivamente pelos defensores, estes têm ao seu dispor uma abertura para fazer valer sua forma de compreensão do mundo, no que se refere à simetria do valor moral da vida entre humanos e animais. Assim observamos, na modernidade, que os animais compartilham cada vez mais do mundo dos humanos como humanos.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ANZALONE, Guilhem. La viande comme merchandise (enquête) », Terrains & travaux 2/2005 (n° 9), p. 125-142.

BONNAUD, Laure e COPPALE. Qui contrôle ce que nous mangeons ? La sécurité sanitaire des aliments. Paris : Ellipses, La France de demain, 2011.

DIAS, Juliana Vergueiro Gomes. O rigor da morte: a construção simbólica do animal de açougue na produção industrial brasileira. Dissertação de Mestrado: PPGAS, IFCH, UNICAMP: 2009.

ESQUERRE, Arnaud e TRUC, Gerôme. Les morts, leurs lieux liens. Raisons politiques 1/2011 (n° 41), p. 5-11.

FAUSTO, Carlos. Banquete de gente: comensalidade e canibalismo na Amazônia. MANA 8(2):7-44, 2002

GASCAR, Pierre. Les bouchers. Editions Neuf, França :1973.

HUGH-JONES, Stephen. Bonnes-raisons ou mauvaise conscience? De l'ambivalence de certains Amazoniens envers la consommation de viande. Terrain [En ligne], 26 | 1996

LEVI-STRAUSS, Claude. A lição de sabedoria das vaca loucas. In: Estudos Avançados 23 (67), 2009.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

LEWGOY, Bernardo e SORDI, Caetano. Devorando a carcaça: contracozinhas e dietas alternativas na alimentação animal. *Anuário Antropológico/2011-II*, 2012: 159-175.

MENEZES, Rachel Aisengart. Tecnologia e “morte natural”: o morrer na contemporaneidade. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 13(2):129-147, 2003.

PORCHER, Jocelyne. *Eleveurs et animaux : réinventer le lien*. Presses Universitaires de France, 2002.

_____. *Vivre avec les animaux: une utopie pour le XXI siècle*. Paris: Éditions la découverte, 2011.

RÉMY, Catherine. Une denrée trouble : la viande dans l'abattoir: Jeux interactionnels autour d'un “objet” instable (observation), *Terrains & travaux*, 2005/2 n° 9, p. 192-210.

_____. Une mise à mort industrielle “humaine”? L’abattoir ou l’impossible objectivation des animaux. In : *Politix*. Vol. 16, n64. Quatrième trimestre 2003. pp. 51-73

_____. *La fin des bêtes*. Paris: Economica, 200